

HABEAS CORPUS Nº 502.496 - SP (2019/0095146-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JULIANA MARTINS DE CARVALHO MONNERAT - SP225741
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS ALEXANDRE PIRES SANTOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de CARLOS ALEXANDRE PIRES SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido na Apelação n. 0104389-90.2017.8.26.0050, assim ementado:

*"APELAÇÃO: FURTO QUALIFICADO TENTADO
RECURSO MINISTERIAL Afastamento da compensação: Inviabilidade;
Elevação da pena e agravação do regime prisional:
Cabimento.
Recurso parcialmente provido."* (fl. 49)

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incursos no art. 155, § 4º, inciso II, c/c o art. 14, inciso II, do Código Penal (furto qualificado na forma tentada) às penas de 1 ano e 4 meses de reclusão, no regime fechado e 6 dias-multa.

Na presente impetração, a defesa afirma o descabimento do regime fechado, ao argumento de que as circunstâncias judiciais são favoráveis ao paciente.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a fixação do regime aberto ou semiaberto.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a

existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Ministério Público Federal.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Devidamente instruído, encaminhem-se os autos ao *Parquet* para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator